

ESCOLA CIDADÃ - ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

CUSTÓDIO, Maria do Carmo – PUC-SP – docarmoc@gmail.com

RESUMO

Este texto foi produzido a partir das reflexões realizadas no grupo de estudo da Cátedra Paulo Freire na PUC/SP, buscando o aprofundamento do pensamento e da obra de Paulo Freire. Partindo dos questionamentos surgidos acerca das relações existentes entre sociedade e educação, pretendo neste estudo analisar o que está contido no conceito de autonomia, democracia e cidadania em Paulo Freire proponho-me a analisar de que forma a proposta da Escola Cidadã poderá transformar a escola em espaço de conscientização e de construção da cidadania. Para tanto, cabe-nos conhecer o significado e os fundamentos da Escola Cidadã e os caminhos que ela aponta para se construir uma escola democrática. Por meio desta breve análise, tentamos compreender a escola como espaço para a construção da conscientização, da cidadania e da transformação social sob a perspectiva de uma educação emancipatória e, portanto cidadã.

Palavras-chave: Autonomia, Cidadania, Democratização da escola pública, Educação Emancipatória, Escola Cidadã.

1 - Introdução

O presente texto discute considerações a respeito do significado e da relação entre a concepção de Escola Cidadã e a efetivação de modelos de gestão democrática no interior da escola.

Nossas reflexões são frutos das análises e estudos realizados no ano de 2007 no grupo de estudo da Cátedra Paulo Freire / PUC – SP, coordenado pela Profa. Dra. Ana Maria Saul e que se constitui em um espaço privilegiado destinado à prática da reflexão e do diálogo buscando o aprofundamento do pensamento e da obra de Paulo Freire.

Nos estudos da obra de Paulo Freire destacamos que os princípios e pressupostos de sua teoria educacional presentes em seus primeiros escritos, são continuamente reafirmados no decorrer de toda a sua obra. Assim os conceitos que discutiremos nesse texto, perpassam toda extensão bibliográfica de sua obra, sem perder de foco as peculiaridades e os elementos ideológicos presentes nas práticas educativas de cada momento histórico distinto, nos permitindo a reflexão e uma leitura crítica da realidade social, política, econômica e cultural da sociedade na qual estamos inseridos.

Neste texto nos propomos a discutir a escola como espaço para a construção da conscientização, da cidadania e da transformação social sob a perspectiva de uma educação emancipatória e analisar os princípios da proposta denominada “Escola Cidadã” enquanto possibilidade de democratização da escola. Para dar conta desta reflexão retomamos, inicialmente, a centralidade do conceito de autonomia, democracia e cidadania em Paulo Freire para posteriormente analisar de que forma a proposta da Escola Cidadã poderá transformar a escola em espaço de conscientização e de construção da cidadania.

2 – A crise da representação social da escola – revisitando conceitos

Inúmeros são os problemas que atualmente atingem a escola, e que são agravados pelo estágio de mudanças em todas as esferas da sociedade contemporânea. Como salienta GADOTTI (1997), *a crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia, das comunicações, da educação e da cultura, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local (...)*.

Para analisarmos a crise na representação social da escola definimos os conceitos norteadores para nossa reflexão: autonomia, democracia e cidadania numa relação dialética entre os mesmos com respaldo na pedagogia freireana.

No mundo globalizado em que vivemos a autonomia tornou-se uma necessidade material, sócio-cultural, psicológica e política, e, *um reconhecido valor hoje que se constitui numa categoria central da essência da vida humana, e como tal, confere o poder de determinar os processos e as estratégias de ação, escolher caminhos e alternativas, bem como objetivar desejos e ideais no sentido de efetivar a ação crítica nas mais diversas situações que a vida nos impõe.* (SOARES & PEREIRA, 1997)

Aprofundando mais nesse conceito CASTORIADIS (1992) afirma que *todo projeto que ambiciona uma maior politização na educação jamais dispensa a autonomia como um objetivo por excelência, pois é ela que possibilitará ao homem "instituir", "criar suas próprias leis", deixando de viver sempre sob os desígnios de um "instituído" que lhe é estranho. Portanto, "pode-se dizer que a autonomia faz parte da própria natureza da educação (...)"* (GADOTTI, 1997).

O conceito de autonomia é central na pedagogia freireana. Segundo Paulo Freire, de acordo com uma perspectiva democrática, é impossível viver a prática educativa sem perseguir, sem trabalhar no sentido da autonomia do ser, do educando e do educador.

(...) quando eu falo em autonomia do ser, autonomia da escola, não estou de maneira nenhuma pretendendo, o isolacionismo do ser. Pensar na escola com autonomia não é pensar na escola licenciada, quer dizer na escola que, enquanto ela mesma fosse dona de sua verdade, sem nenhuma preocupação com as outras escolas de cujo sistema ela e as escolas A, B ou C fazem parte. A autonomia, a minha autonomia será tão mais autêntica quanto mais eu a reconheça em relação dialógica com a tua autonomia. Quer dizer, a minha autonomia deixa de ser autêntica na medida em ela seja absorvente da autonomia dos outros. Quer dizer, eu só sou se você puder ser, se eu obstaculizo a possibilidade sua de ser, ou de estar sendo, eu também não sou, e a nossa autonomia some e é esmagada.

Com esse entendimento, a autonomia não pode ser compreendida como uma doação, como um instrumento legal que, por exemplo, "concede autonomia" pedagógica, administrativa e financeira às escolas, a autonomia é uma construção contínua, individual e coletiva de todos os sujeitos pertencentes ao processo educativo. GADOTTI (1997) ressalta que *a idéia de autonomia é intrínseca à idéia de democracia e cidadania. Cidadão é aquele que participa (...); e só pode participar (...) da tomada de decisões quem tiver poder e tiver liberdade e autonomia para exercê-lo*. Isto faz da cidadania e da autonomia "*(...) duas categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há freqüentemente consenso (...)*).

Já com relação à cidadania destacamos sua "concepção plena" analisada por GADOTTI (1997), e que consiste na mobilização da sociedade para a conquista dos direitos civis, sociais e políticos. "*Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia (...)*".

Para GENTILI (2000), a cidadania é "*um requisito fundamental para a consolidação e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática*". No entanto, é preciso especial atenção no sentido em que a cidadania pode ser entendida: *educar para a cidadania pode tanto estar falando da conscientização de direitos, deveres, obrigações e participação política quanto estar sendo entendida como adaptação ao mundo globalizado*. Dessa forma, destaca: "*A cidadania é, (...), o exercício de uma prática indefectivelmente política e fundamentada em valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância e a desobediência a poderes totalitários*".

Segundo SILVA (1998), a forma como entendemos a cidadania tem haver também com a forma como o mundo está entendendo a educação: "*O neoliberalismo não apenas admite, cinicamente, que a escola é capitalista: a escola deve ser capitalista. Como mostram as políticas neoliberais na educação, isso significa, essencialmente, duas coisas. Primeiro: a escola deve atender as necessidades e os interesses do capital. Segundo: a escola deve funcionar como uma empresa capitalista*".

Esses se constituem em obstáculos reais ao processo de construção da "consciência crítica" (no sentido de Paulo Freire, *consciência não-dogmática, desmitificadora, desalienadora ... , efetivamente política*), e sem ela as mudanças acontecem apenas num processo "de cima para baixo", anulando-se a essência da cidadania.

Assim, na luta pela democratização da democracia a unidade entre teoria e prática possibilita a conscientização engendrada pelo aprofundamento da tomada de consciência que implica em práticas reflexivas e emancipatórias por parte dos sujeitos históricos envolvidos na disputa pelo espaço democrático. Segundo FREIRE (2001) *não há conscientização sem a tomada de consciência, mas nem toda tomada de consciência se alonga obrigatoriamente em conscientização. É neste sentido que a pura tomada de consciência a que falte a curiosidade cautelosa mas arriscada, a reflexão crítica, a rigorosidade dos procedimentos de aproximação ao objeto fica no nível do "senso comum"*. O esforço conscientizador para Freire significa a realização da passagem da "consciência ingênua" para a "consciência crítica", posto que: "*mais do que exclusiva tomada de consciência da realidade, a conscientização exige sua rigorosa compreensão*" (*ibid.*, 2001).

Para Freire só se aprende democracia fazendo democracia pela prática da participação, pois: "*ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que no fundo, é o direito também a atuar*" (FREIRE, 1993).

Nessa perspectiva, a participação apresenta-se como atividade essencial para a construção de uma sociedade mais justa, devendo expressar-se na educação ao modo freireano em: "*participação como exercício de voz (...) de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania, se acha em relação direta, necessária, com a prática educativo-progressista, se os educadores e educadoras que a realizam são coerentes com o seu discurso*" (FREIRE, 2001).

Portanto, uma educação para a cidadania deve ser conscientizadora desses direitos, bem como da importância da participação da sociedade na reivindicação dos mesmos. Logo "educar para a cidadania" deve ser o objetivo político de cada área de ensino, fazendo da cidadania uma questão interdisciplinar por excelência. Este é um caminho que leva à construção do que se chama hoje "Escola Cidadã", e cujos eixos norteadores são: (...) *a integração entre educação e cultura, escola e comunidade (...), a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores (...)* (GADOTTI, 1997).

No entanto, a Escola Cidadã é construída por pessoas e, por isso, parecem por vezes complicadas dentro de uma visão neoliberal e acabando por exigir constante exercício de reflexão e diálogo. Freire (1996) diz que "(...) *o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento*".

Na perspectiva freiriana (1996) é próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas cronológico, o Velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo. O pensar certo vê o sujeito do verbo "entender" sempre "co-partícipe" de outro sujeito, o "(...) *pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o estudo dos conteúdos*".

Colocar a verdade em perspectivas é um processo educativo que permite que não entremos num pensamento que parte de idéias pré-estabelecidas para conceber a construção da Escola Cidadã. Freire nos traz a perspectiva dialética-dialógica, onde não existe argumentação que seja predominante. Este espaço para o outro permite a entrada do novo, ou seja, ali onde existe a troca, pode ser que exista a recriação e a transformação para que possa se construir a conscientização.

3 – A proposta da “Escola Cidadã”

No Brasil, a exemplo do que vem ocorrendo na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina, a luta pela democratização da gestão e pela autonomia da escola vai pouco a pouco se consolidando em muitas municipalidades e

estados. Como resultado desta luta, temos a exigência da criação dos conselhos escolares, em todos os níveis de ensino, possibilitando a participação nos processos de tomada de decisão da escola sendo o caminho mais utilizado de formação para a cidadania.

No entanto, criar Conselhos de Escola não basta. Nem tampouco supor que eles funcionarão por si só, independentemente da criação de outros espaços de participação e de convivência na escola, relacionados, sobretudo ao trabalho pedagógico nela desenvolvido. Da mesma maneira que institucionalizar, por exemplo, a eleição de diretores, não garante por si só a mudança de práticas autoritárias, anti-democráticas e centralizadoras, que inviabilizam uma gestão da escola mais democrática, aberta e coletiva da escola.

Sem dúvida, a prática dos conselhos representa uma parte importante do processo de democratização escolar, mas poderá fracassar se for instituída como medida isolada e burocrática. Essa prática só será eficaz num conjunto de políticas que visem a consolidação de um projeto mais amplo de escola democrática, como a “Escola Cidadã”.

Designa-se comumente por “Escola Cidadã” um movimento que nasceu, no Brasil, no final da década de 80 e início da década de 90, fortemente enraizado numa concepção e numa prática da educação “para e pela cidadania”, que, sob diferentes denominações, foram realizadas, em diversas regiões do país, principalmente em sistemas públicos municipais onde existia o compromisso com uma proposta democrática de educação.

Podemos considerar que a Escola Cidadã tem, em seu processo histórico, as raízes e os pressupostos da Educação Popular que surgiu na América Latina no calor das lutas populares dentro e fora do Estado. Nesse sentido, afirma Gadotti (1999),

A educação popular, como prática pedagógica e educacional pode ser encontrada em todos os continentes, manifestadas em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. A educação popular passou por diversos momentos epistemológicos – educacionais e organizativas, desde a busca pela conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências.

A proposta de refletir acerca da Escola Cidadã enquanto produto histórico do seu tempo implica partir em busca de apreciação de conceitos e de bases sólidas, por meio de um referencial teórico que possibilitem conhecê-la e entendê-la em seu contexto

histórico. A Escola Cidadã se fundamenta na existência de um projeto social específico, um verdadeiro “humus social e cultural” e esse princípio a torna um espaço construído por meio de ações e práticas, e não de meros discursos ideológicos. Nessa ótica, a Escola Cidadã se situa na ação, da qual tem o papel de extrair sua legitimidade. Segundo Paludo (2001) "*o alternativo na educação sempre foi muito mais vigoroso fora dos espaços da educação formal. Foi nos momentos de grande movimentação exterior à escola que ela, abrindo-se para a sociedade, foi por ela permeada, vivendo momentos fortes de inovação e criação, viabilizando-se como espaço de realização de uma contra-hegemonia*".

Nas décadas de 70 e 80, o Brasil se tornou palco de um intenso processo de educação em favor das reformas estruturais distributivas centradas nas mãos de poucos, dando base ao surgimento a novos movimentos sociais e as mais fecundas teorias educacionais que hoje conhecemos, em especial, obra e prática de Paulo Freire na defesa da educação como prática da liberdade. Segundo Paulo Freire, a noção de liberdade “*é matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educados*” (FREIRE, 2006) e “*a conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem como pessoa*” (FREIRE: 2002)

Sob este ponto de vista Beisiegel (in PAIVA, 1994) afirma que, *o processo educativo então desenvolvido por Paulo Freire surgia como expressão educacional de um projeto político, ou seja, um projeto que estivesse comprometido com um ideal de “transformação pacífica” da sociedade de forma a envolver ativamente o povo nas atividades políticas, estimulando a criação de organizações populares, no campo e na cidade.*

O entendimento da educação como uma prática social e como instrumentalização do homem pela democratização da cultura vem ganhando contornos ao longo da história. Segundo Freire (2006),

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanística da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”.

Desse modo, vemos a necessidade de voltarmos o nosso foco para a educação que acontece no contexto das escolas, especificamente das escolas públicas, e no movimento em busca da conquista da garantia de uma escola pública de qualidade. A escola cidadã neste contexto, segundo Gadotti (1999: 20), *nasce do inconformismo de muitos educadores e não educadores com a deteriorização do ensino público e da ousadia em enfrentar o discurso e a proposta hegemônica, confrontando-lhes uma alternativa, a partir de uma concepção democrática de educação (...)*

Os movimentos populares hoje não têm a pretensão de negar o papel do Estado como principal articulador das políticas sociais, mas não querem uma escola que seja apenas a extensão da escola burocrática do Estado; querem discutir a função social da escola pública, colocando em questão seus conteúdos e sua gestão; reivindicam uma escola pública que tenha autonomia para definir sua identidade por meio de um novo projeto político pedagógico, pois como bem afirma o sociólogo Florestan Fernandes (in BARROS, 1960: 163-164), *democratizar o ensino não significa apenas expandir a rede de escolas mantendo padrões elitistas e o privilégio social. O ensino precisa ser democrático na sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas e nos produtos dos processos educacionais.*

Nesta mesma proposição nos alerta Paiva (1994):

Tornar a escola popular não implica torná-la substancialmente diferente das escolas da elite; é a esta escola que as classes populares querem arrancar do estado, submetendo-a à sua crítica sem deteriorar a qualidade nem abdicar do seu conteúdo. Mas a democratização do ensino implica a democratização dos ensinos que a gerem (e a mudança da mentalidade da burocracia escolar) e dos que se encarregam da planificação educacional e da orientação pedagógica a diferentes níveis da administração, democratizando o planejamento da expansão e melhoria da rede de ensino, incluindo a consulta à população a respeito de suas prioridades e expectativas em relação à escola.

Contudo, vemos que o que leva a construção da escola cidadã “*seria uma escola pública autônoma sinônima da educação popular, integrante de um sistema único (público) e descentralizador (popular)*” (GADOTTI: 1999). Assim, a autonomia a qual nos referimos é antes de qualquer coisa democrática (para todos), que vise, sobretudo, formar o cidadão para controlar o mercado e o Estado, sendo ao mesmo tempo pública quanto ao seu destino, estatal quanto a seu financiamento e comunitária quanto a sua gestão. Portanto, a educação popular nesta perspectiva deve ser universalizante (escola para todos, gratuita e, de boa qualidade), assumida por todos, de forma que, através

desta possa surgir novos olhares, compreensões e sobretudo novos direcionamentos que efetivem de fato uma educação que prima pela equidade social, ética, respeito, inclusão, consciência crítica e liberdade.

A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir para a criação das condições de surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade para a defesa dos direitos adquiridos e a conquista de novos. Trata-se de formar para a gestação de um novo espaço público não-estatal, uma “esfera pública cidadã” (Jürgen Habermas), que leve a sociedade a ter voz ativa e responsabilidade na formulação das políticas públicas, visando uma mudança do Estado que temos para um Estado radicalmente democrático.

4 – Perspectivas e Considerações Finais

Assim, falar em Escola Cidadã é falar em perspectivas de educação, cujo ponto de partida seja a realidade social e o objetivo seja a construção de um projeto político de sociedade.

Neste sentido, a Escola Cidadã precisa assumir novas tarefas para uma nova era, que, segundo Beisiegel (in PAIVA, 1994), *implica entre os objetivos centrais de suas atividades, a reflexão crítica de todos, educandos, educadores, intelectuais e homens do povo, sobre a qualidade do ensino desenvolvido na escola pública, o processo de exclusão, dificuldade de acesso à vaga, ou a sua inexistência, os conteúdos, a qualidade do ensino, as frustrações das expectativas populares e as representações ideológicas legitimadoras das desigualdades*. Nesse conjunto de práticas identifica-se uma acentuada contribuição acadêmica na área em todo cenário latino americano. Este aporte intelectual ajudará na retomada de um saber popular politizado, condensado em práticas políticas e participativas.

Como vimos sua perspectiva emancipatória busca a formação crítica do cidadão, com vista a um processo de conscientização (FREIRE, 1987), na tentativa de fazer renascer um novo projeto de sociedade, onde o ‘eu e nós’ seja realmente valorizado.

A gestão democrática só acontece dentro da ética do companheirismo, ética esta que implica na relação interpessoal, dialógica e solidária. A criação, na escola, de uma ambiência democrática e dialógica, gradualmente ascendente e mais ampla, que envolva a todos os segmentos na definição do seu projeto político-pedagógico e de sua proposta pedagógica, altera a sua dinâmica e o seu fazer cotidianos. Isto ressignifica o trabalho

pedagógico para professores, alunos e demais funcionários que ali convivem diariamente e que vivenciam concretamente o currículo daquela instituição.

A partir dessas perspectivas, a educação como prática libertadora tem no diálogo sua forma de efetivação, pois esse é uma relação horizontal entre sujeitos, que: “nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (...) o diálogo é, portanto o indispensável caminho, não somente nas questões vitais para a nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser”. (Jaspers apud Freire, 1983)

Assim, a formação dos indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social implica a relação dialógica “enquanto prática fundamental, de um lado à natureza humana e à democracia; de outro, como uma exigência epistemológica” (Freire, 2003).

Para nós, a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública [...]. A participação para nós, sem negar este tipo de colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na História e não simplesmente nela estar representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. Por isso é que uma compreensão autoritária da participação a reduz, obviamente, a uma presença concedida das classes populares a certos momentos da administração. Para nós, também, é que os conselhos de escola têm uma real importância enquanto verdadeira instância de poder na criação de uma escola diferente. Participação popular para nós não é um slogan, mas a expressão, e ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática da cidade (FREIRE, 2001);

A concepção de Escola Cidadã que aqui abordamos busca apontar para aquela que se constrói na busca de uma nova prática pedagógica, política e social. Levando em consideração que todo ato cultural é pedagógico e todo ato pedagógico é cultural, pode-se afirmar que a Escola Cidadã é aquela voltada para o atendimento dos interesses e necessidades das camadas populares tornando os indivíduos elaboradores de sua própria cultura e que estimule as potencialidades do povo por meio da conscientização e da ampla participação social. Uma Escola Cidadã que se torne num espaço de trocas de saberes, onde a gestão seja participativa e que busque integrar comunidade e movimentos populares na construção de sua identidade. Um espaço que não reproduza os interesses da sociedade dominante, mas que forme pessoas críticas, conscientes de seus direitos, curiosos por conhecer e descobrir, por fim, um lugar onde se possa exercer a autonomia.

Portanto, a Escola Cidadã transforma-se num espaço de construção e de novas esperanças, rumo às lutas mais amplas pela educação para todos, pelo ensino básico, público e universal, de forma que ninguém seja excluído. Assim, vemos que mais do que nos grandes discursos ou nos conhecimentos elaborados, é dentro da perspectiva da escola que se deve caracterizar sua autonomia e pedagogia, mesmo que ainda inacabada.

Nesse sentido, se faz urgente o fortalecimento da Escola no aspecto pedagógico e em ações coletivas que envolvem tanto a qualidade do trabalho quanto a formação e profissionalização dos educadores. Assim, entende-se que a perspectiva pedagógica das práticas que organizam as ações é nesse contexto essencial para a conquista da cidadania, pois o que se espera é que a Escola Cidadã construa um projeto de sociedade onde o ser humano seja resgatado na sua plenitude de ‘eu e nós’. Trata-se de construir a cidadania para cada um e para todos nós.

Nas palavras de Paulo Freire, a Escola Cidadã é aquela que se assume enquanto um centro de direitos e um centro de deveres, a formação que se dá dentro do espaço e do tempo que caracterizam a escola cidadã é uma formação para a cidadania. A escola cidadã é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela, porque a escola cidadã não pode ser uma escola cidadã em si e para si. A escola é cidadã na medida mesmo em que briga pela cidadania, pelo exercício e pela fabricação da cidadania de quem vem para ela, de quem usa o seu espaço. A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade, é coerente com o seu discurso formador, em outras palavras, a escola cidadã é aquela que, brigando para ser ela mesma, viabiliza ou luta para que os educandos e educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a escola cidadã é uma escola de comunidade. É uma escola de companheirismo, é uma escola de produção comum do saber e da liberdade. Mas é uma escola que não pode ser jamais licenciada, nem jamais autoritária. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia que, em outras palavras, implica a experiência tensa, contraditória, permanente entre autoridade e liberdade. Uma escola cidadã seria a escola que procura plenamente viver a sua autonomia de ser. Só é escola cidadã na medida em que, optando pelo exercício da cidadania, briga para constituir-se num espaço/tempo formador de cidadania.

5 - Referências Bibliográficas

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Pioneira, 1960.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III** - o mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 26ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A educação na cidade**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 10ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer? Teoria e prática em educação**. 2002.

GADOTTI, Moacir. **Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos**. Cadernos de EJA V 06. São Paulo: IPF, 1999.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GENTILI, Pablo. **Qual educação para qual cidadania?** Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, José Clóvis; GENTILI, Pablo; KRUG, Andréa; SIMON, Cátia. (orgs.). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ Secretaria Municipal de educação, 2000. p. 143 - 156.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 1994.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A escola cidadã no contexto da globalização: uma introdução**. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A Escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Ed vozes, 1998. p.7 - 10.

SOARES, Holgonsi; PEREIRA, M. A. **O sentido da autonomia no processo de globalização**. Santa Maria: UFSM. Mimeo. 1997.